

A invisibilidade da pobreza menstrual no contexto acadêmico: um relato de experiência

RELATO DE EXPERIÊNCIA

ISADORA LUIZA CUNHA CRUZ²,
REBECCA CAROLINE TOMAZ
CAMILLOZZI³, ISABELA ASSIS
ROMANHOLO², GIOVANNA LUARA
FERREIRA ALVES¹, DANIELLE MAIA
FREITAS¹, NICOLE COELHO GRANATO¹,
ISABELA MIE TAKESHITA⁴, MÔNICA
DAS GRAÇAS DE AZEVEDO⁴.

¹ ACADÊMICA DO CURSO DE ENFERMAGEM DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE MINAS
GERAIS, BELO HORIZONTE, MG-BRASIL.

² ACADÊMICA DO CURSO DE MEDICINA DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE MINAS
GERAIS, BELO HORIZONTE, MG-BRASIL.

³ ACADÊMICA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE MINAS
GERAIS, BELO HORIZONTE, MG-BRASIL.

⁴ DOCENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, MG-BRASIL.

MÔNICA DAS GRAÇAS DE AZEVEDO
– ALAMEDA EZEQUIEL DIAS, Nº 275,
CENTRO – CEP: 30130-110 – BELO
HORIZONTE, MG – BRASIL.

MONICA.AZEVEDO@
CIENCIASMEDICASMG.EDU.BR

*Menstrual poverty's invisibility in the academic context:
an experience report*

RESUMO

Introdução: O termo pobreza menstrual está relacionado à falta de acesso a itens essenciais para mulheres durante o período menstrual, englobando a falta de absorventes, produtos de higiene básicos, infraestrutura e saneamento básico. No Brasil, o contexto relaciona-se intimamente com a desigualdade social, impedindo que mulheres tenham acesso completo a seus direitos. **Objetivo:** Relatar a experiência do projeto “Ser Mulher” da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais sobre ações de conscientização sobre pobreza menstrual. **Relato da experiência:** Relato de experiência de acadêmicas dos cursos de Enfermagem, Medicina e Psicologia sobre a realização de roda de conversa sobre pobreza menstrual em uma entidade civil de caráter educacional e social de Belo Horizonte. Participaram 21 adolescentes de ambos os sexos, entre 10 e 17 anos, em situação de vulnerabilidade social e vítimas de violência. Percebeu-se a falta de conhecimento sobre o tema e saúde feminina, como o conceito e fisiologia básica da menstruação. Houve destaque para dúvidas sobre higiene íntima e educação sexual. **Considerações finais:** A promoção da educação em saúde para adolescentes sobre a

menstruação é necessária, tal que impacta na qualidade de vida e no desempenho escolar. A extensão foi espaço de trocas com a comunidade e de grande aprendizado para as acadêmicas.

Palavras-Chave: Saúde da mulher; Saúde pública; Menstruação; Produtos de higiene menstrual.

ABSTRACT

Introduction: The term menstrual poverty is related to the lack of access to essential items for women during the menstrual period, encompassing the lack of sanitary pads, basic hygiene products, infrastructure, and sanitation. In Brazil, the context is closely related to social inequality, preventing women from having full access to their rights. **Objective:** To report the experience of the project “*Ser Mulher*” at *Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais* about awareness actions on menstrual poverty. **Experience report:** Experience reports of academics from the Nursing, Medicine, and Psychology courses on holding a conversation circle on menstrual poverty in a civil entity of an educational and social nature in Belo Horizonte. Participants were 21 adolescents of both sexes, aged between 10 and 17 years, in situations of vulnerability and violence. There was a lack of knowledge on the subject and women’s health, such as the concept and basic physiology of menstruation. There was an emphasis on questions about intimate hygiene and sex education. **Final considerations:** The promotion of health education for adolescents about menstruation is necessary, as it affects the quality of life and school performance. The extension was a

space for exchanges with the community and a great learning experience for academics.

Key words: Women’s health; Public health; Menstruation; Menstrual hygiene products.

INTRODUÇÃO

O termo pobreza menstrual está relacionado à falta de acesso a itens essenciais para mulheres durante o período menstrual. Assim, engloba não apenas a falta de absorventes, mas também produtos de higiene básicos, infraestrutura e saneamento básico¹.

No Brasil, a pobreza menstrual relaciona-se intimamente com a desigualdade social, impedindo que mulheres tenham acesso completo a seus direitos, tais como saúde e educação, fato que afeta o seu cotidiano¹.

Nesse contexto, compreende-se que pessoas que vivenciam a pobreza menstrual são pessoas em vulnerabilidade social, sendo esse conceito, de acordo com Castel², entendido como “[...] um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária” (p.26).

O processo de menstruação está intimamente ligado a condições básicas de higiene, para manutenção da saúde de meninas e mulheres³. A falta de acesso a produtos menstruais, informação e itens de saneamento básico, somados ao preço dos absorventes leva às pessoas que menstruam a recorrerem a métodos inseguros para controlar a menstruação, como usar jornais, miolo de pão, meias, plástico e diversos outros itens que podem comprometer a saúde¹.

Sob esse viés, a falta de absorvente, ou até mesmo o acesso limitado, o que implica no uso de um mesmo absorvente por longos períodos, pode acarretar em problemas de saúde como alterações no pH vaginal, infecções urinárias e síndrome do choque tóxico (SCT)⁴.

A forma como cada indivíduo lidará com o seu próprio ciclo será diretamente influenciada por preferências individuais, recursos disponíveis, status econômico, tradições locais, crenças culturais e nível de conhecimento e educação^{5,6}.

Com a intensificação de problemas de saúde, em 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu que o direito à higiene menstrual é uma questão de saúde pública mundial e de direitos humanos⁷. Entretanto, globalmente, pelo menos 500 milhões de mulheres e meninas ainda não possuem instalações adequadas para o manejo da higiene menstrual.

Portanto, embora seja um assunto de alta importância, a maioria dos países ainda não tomaram providências suficientes para, realmente, minimizar a pobreza menstrual, o que a mantém como uma questão de saúde pública^{8,9}.

Quando se trata do Brasil, cerca de 13,6 milhões de habitantes vivem em condições de extrema pobreza e cerca de 51,5 milhões abaixo da linha de pobreza, o que evidencia a necessidade de redução das desigualdades sociais e de vulnerabilidade, para combater a pobreza menstrual no país¹⁰.

Conforme o relatório “Pobreza menstrual no Brasil - Desigualdades e violações de direitos”¹, elabora-

do pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cerca de 321 mil alunas, 3% do total de meninas nas escolas, não possuem banheiro em condições de uso nas escolas nas quais estudam.

No Brasil, 1,24 milhão de meninas (11,6%) não têm à disposição papel higiênico nos banheiros das escolas. Entre essas meninas, 66,1% são pretas/pardas. Nesse sentido, as meninas pretas se encontram em vulnerabilidade ainda maior, visto que o risco de que essas frequentem escolas sem papel higiênico é 51% maior do que para meninas brancas⁵.

A falta de informações sobre o ciclo reprodutivo feminino e masculino possui impacto direto no enfrentamento da pobreza menstrual, uma vez que muitas meninas não compreendem o ciclo menstrual e as consecutivas mudanças fisiológicas que enfrentam em seus corpos¹¹.

Portanto, essas meninas tornam-se vulneráveis à desinformação e à falta de acesso a condições de saúde dignas, enfrentando ainda o aumento da desigualdade de gênero¹². Evidencia-se, assim, a necessidade de medidas de educação em saúde, com consequente construção de conhecimento e apropriação da temática pela população¹³.

O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência do projeto de extensão “Ser Mulher” da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, realizando a promoção de ações de conscientização sobre a pobreza menstrual.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

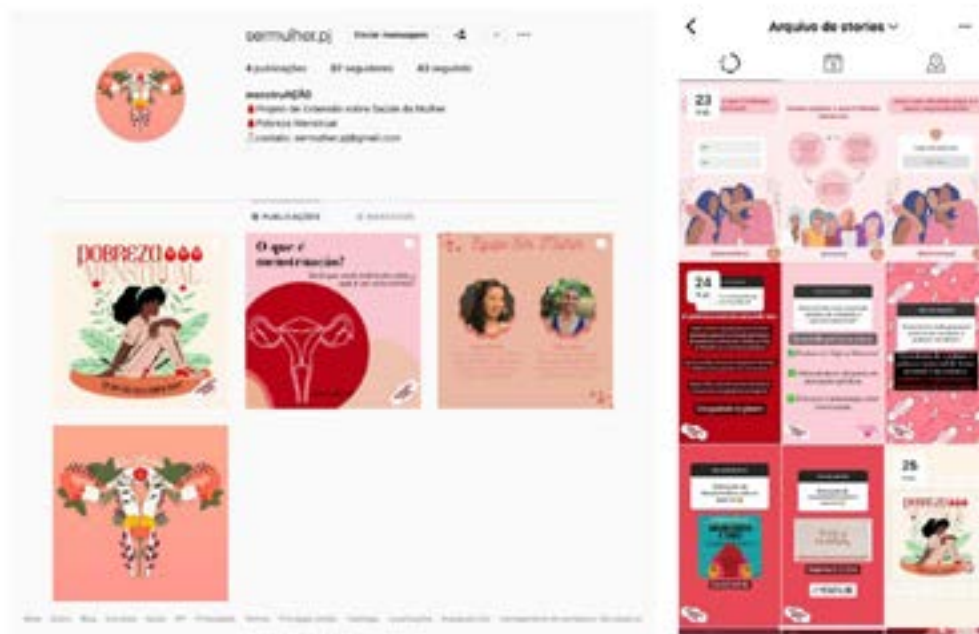
Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo do tipo relato de experiência, realizado por seis acadêmicas dos cursos de Enfermagem, Medicina e Psicologia de uma faculdade privada de Belo Horizonte.

As discentes fizeram parte do projeto de extensão “Ser Mulher”, que teve início das atividades em março de 2022, sendo a participação finalizada em setembro do mesmo ano. O presente trabalho um relato de experiência e não expondo nenhum adolescente ou profissional, este relato não foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa.

Foram realizados cinco encontros iniciais para aprofundamento teórico, onde foram estabelecidos os objetivos do projeto e possíveis ações de conscientização. Realizaram-se reflexões sobre o impacto da pobreza menstrual na saúde feminina, locais mais propensos ao problema e quais os meios para suprir a falta dos itens básicos de higiene.

Com o objetivo de contemplar as melhores estratégias de sensibilização sobre o tema, as extensionistas se dispuseram a conversar com a comunidade acadêmica, constituída por professores e alunos de cursos da saúde, e a sociedade através do perfil de uma rede social, que possibilitou aumentar o alcance e visibilidade do projeto, garantindo que as informações ultrapassassem os limites territoriais (IMAGEM 1).

IMAGEM 1: REDE SOCIAL DO PROJETO DE EXTENSÃO



FONTE: PRINT SCREEN DO
PERFIL DO PROJETO NA
REDE SOCIAL INSTAGRAM

Em paralelo, realizou-se o movimento de coleta de produtos de higiene menstrual, incentivando a doação de absorventes, através da distribuição estratégica de caixas decoradas e informativas por toda a estrutura da faculdade, assim como panfletagem para alunos e funcionários da instituição (IMAGEM 2).

A divulgação também foi feita em grupos de Whatsapp, abordando a pobreza menstrual e os pontos de arrecadação das doações. Simultaneamente, as extensionistas realizaram contato com instituições privadas para estabelecer parcerias, incentivando a participação na doação e no projeto.

Além das ações de conscientização realizadas para o meio acadêmico, foram promovidas duas rodas de conversa em julho e setembro de 2022 com vinte e nove crianças e adolescentes entre 9 a 17 anos de uma instituição de ensino filantrópica de Belo Horizonte, que foram orientados a deixar perguntas sobre o corpo humano, menstruação e desenvolvimento do corpo na puberdade.

A pedido da instituição, os participantes foram separados por gênero e faixa etária. Houveram orientações sobre cuidados com o corpo, higiene pessoal, ciclo menstrual, pobreza menstrual e assuntos considera-

IMAGEM 2 - PONTO DE COLETA PARA DOAÇÕES E PANFLETO DE DIVULGAÇÃO



FONTE: IMAGEM ELABORADA PELAS AUTORAS

dos tabus (IMAGEM 3). Após o recebimento das dúvidas, as extensionistas planejaram uma metodologia ativa para discutir os temas com os jovens, a fim de promover a emancipação do indivíduo e melhor relação com seu corpo.

As acadêmicas perceberam a necessidade de adequar a linguagem para o público-alvo, além de utilizar métodos atrativos e informativos, como o uso de imagens do ciclo menstrual e anatomia feminina. Foi elaborada uma cartilha sobre partes do corpo humano e seus principais fenômenos.

IMAGEM 3 - RODA DE CONVERSA COM ADOLESCENTES



FONTE: IMAGEM ELABORADA PELAS AUTORAS

REFLEXÕES TEÓRICAS

Observou-se que, tanto no cenário acadêmico quanto escolar, a menstruação é um fenômeno discutido e compreendido. Em contrapartida, a pobreza menstrual se revelou uma temática desconhecida e silenciada socialmente.

É válido ressaltar que os momentos iniciais do projeto foram de extrema importância para discussões e reflexões sobre o que é ser mulher, havendo retomada histórica, social e científica acerca da pobreza menstrual.

A multidisciplinaridade da temática fez com que as extensionistas tivessem contato com estudos de diversas áreas, consolidando uma perspectiva realista da pobreza menstrual e suas consequências.

Houve certa dificuldade em estabelecer contato com instituições não governamentais para parcerias com o projeto, sendo necessário que as próprias extensionistas elaborassem estratégias de divulgação para coleta de produtos de higiene para menstruação.

Assim, a doação de absorventes foi feita exclusivamente pela comunidade acadêmica e contatos pessoais das extensionistas, sem doações de empresas. Foram arrecadados, aproximadamente, 200 absorventes, os quais foram doados para pessoas que menstruam e estão em situação de vulnerabilidade social, especificamente em casas de abrigo e indivíduos em situação de rua.

É válido ressaltar que, de acordo com Torossian¹⁴, “vulnerabilidade social não se define pelo índice de pobreza” (p.56), mas pela inclusão e acesso de uma população à políticas e serviços públicos.

Em relação ao contexto escolar, a experiência foi marcante e necessária para elucidar o conteúdo teórico aprendido, além de ser impactante ao exigir que as acadêmicas criassem estratégias para tornar o assunto interessante e compreensível para os adolescentes.

Através das rodas de conversa, as extensionistas foram surpreendidas com a escassez de informação e conhecimento acerca da anatomia e fisiologia humana.

Observou-se também a necessidade de atividades em relação à educação sexual e reprodutiva, temáticas vivenciadas pelos adolescentes. A respeito da menstruação, identificou-se que, no cenário escolar, ela é vista como um assunto que não deve ser falado, além de ser vergonhoso.

Assim, além da repercussão na saúde mental, a pobreza menstrual corrobora com o aumento da desigualdade entre os gêneros, tendo em vista que essas adolescentes não frequentam a escola no seu período menstrual, fator que aumenta a evasão escolar^{4,15}.

Compreende-se que, de acordo com De Paula¹⁶, a “extensão universitária necessita ser vista como uma cultura, uma prática, um compromisso indispensável à plena realização da universidade como instrumento emancipatório” (p.22).

Assim, conclui-se que a vivência proporcionada pelo projeto de extensão “Ser Mulher” cumpre papel fundamental para o desenvolvimento profissional e social das extensionistas, possibilitando a consolidação e sensibilidade à temática da pobreza menstrual.

É fato que a menstruação é vista social e culturalmente como tabu, sendo um tópico negligenciado e silenciado pela sociedade¹⁷. Entretanto, atualmente observa-se que essa visão também existe no âmbito da saúde, educação e política.

A precariedade menstrual é um problema de saúde pública, fazendo-se necessária maior valorização e abordagem do tema¹⁸. Nesse sentido, existe necessidade de esclarecimento educacional e social, sobre a menstruação, seus possíveis distúrbios e sobre higiene íntima, uma vez que impacta diretamente na saúde, na qualidade de vida e no desempenho escolar¹⁹.

É necessária a realização de um planejamento em conjunto, políticas governamentais e não governamentais, a fim de reduzir as estatísticas da pobreza menstrual, sendo uma maneira de principiar a resolução do cenário em questão e promover equidade entre os gêneros^{10,14,20}.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do projeto de extensão “Ser Mulher”, foi possível iniciar a discussão sobre a pobreza menstrual, dando destaque ao conteúdo que é socialmente ignorado e invisibilizado. Através das experiências vividas, observou-se que crianças e adolescentes carecem de

informações válidas e verdadeiras sobre o próprio corpo e menstruação.

Evidencia-se, assim, a necessidade de transformação social, que possibilite a discussão sobre a menstruação e criação de políticas públicas que garantam assistências às pessoas que menstruam e carecem de produtos de higiene.

A experiência marcou a trajetória profissional das extensionistas, cumprindo o papel fundamental da extensão de criar espaços e oportunidades para o estudante retribuir os seus conhecimentos para a sociedade.

A partir do projeto, observa-se que as acadêmicas possuem amplo conhecimento sobre a pobreza menstrual, sendo capazes de identificar as consequências e contribuir na criação de estratégias de conscientização e educação em saúde.

REFERÊNCIAS

1. Fundo de população das Nações Unidas (UNFPA); Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF). Pobreza menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos. 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>>. Acesso em out de 2022.
2. Castel, R. A Dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. Caderno CRH [internet], 2006; 10(26). Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664>>. Acesso em out de 2022.

3. ONG Trata Brasil. O saneamento e a vida da mulher brasileira. 2018. Disponível em: <<https://tratabrasil.org.br/o-saneamento-e-a-vida-da-mulher-brasileira-2022/>>. Acesso em out de 2022.
4. Assad, B. F. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. Revista Antinomias. Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 140-160, maio 2021.
5. Sumpter, C. Torondel, B. A systematic review of the health and social effects of menstrual hygiene management. PLOS ONE JOURNAL [internet]. São Francisco, v.8, n.4, abril 2013. Disponível em <<https://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0062004&type=printable>>. Acesso em out de 2022.
6. Moreira, L. Pobreza menstrual no Brasil: Diagnóstico e Alternativas. Dissertação de trabalho de conclusão de mestrado em Gestão de Políticas Públicas - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.
7. Fonte, Felipe Melo. Políticas públicas e direitos fundamentais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
8. Sousa, I. N. R. *et al.* A pobreza menstrual e seus impactos: uma revisão de literatura. In: XVII ENCONTRO DE EXTENSÃO, DOCÊNCIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 8 edição, 2021, Quixadá. Anais [...] Quixadá: Faculdade Católica Rainha do Sertão, 2021.
9. Shiraishi, L. S. *et al.* Pobreza Menstrual e Políticas Públicas no Brasil. Brazilian Journal of Development. Curitiba, v. 8, n. 2, p. 10715-10729, feb 2022.
10. Rocha, I. C. *et al.* Pobreza menstrual no mundo: uma revisão de literatura Brazilian Journal of Development. Curitiba, v.8, n.2, p.10704–10714, feb 2022.
11. Teixeira, A.L.S *et al.* Influência das diferentes fases do ciclo menstrual na flexibilidade de mulheres jovens. Rev Bras Med Esporte- Vol.18, N.6-Nov/ Dez, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbme/a/CwDJHts6hKJwFR9XZRMJjdJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em out de 2022.
12. Boff, R.; Bilhalva, J.; Brum, M., *et al.* Pobreza menstrual e sofrimento social: a banalização da vulnerabilidade social das mulheres no Brasil. Psicologia, Educação e Cultura. Vila Nova de Gaia, v.13, n.3, p.133-147, 2021.
13. Falkenberg, M. B. *et al.* Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.847-852, mar 2014.
14. Torossian, S. D.; Rivero, N. E. Políticas públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: Cruz, L. R. da; Guareschi, N. (Org.). Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
15. Cassimiro, J. C. *et al.* Desafios no combate à pobreza menstrual: uma revisão integrativa. Brazilian Journal of Health Review. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 5181-5193, 2022.
16. De Paula, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interface - Revista de Extensão. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.05-23, nov. 2013. Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930/15904>>.

17. Brito, M. A. P. R. Pobreza menstrual e políticas públicas para mulheres e meninas. Dissertação de trabalho de conclusão do curso de direito - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
18. Ivalya, A.; Semiramys, F. T. A pobreza menstrual no sistema prisional brasileiro. In: Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC). XVII ENCONTRO DE EXTENSÃO, DOCÊNCIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 8 edição, 2021, Quixadá. Anais [...] Quixadá: Faculdade Católica Rainha do Sertão, 2021.
19. Kami, A.T.; Vidigal, C, B.; Macedo, C.S.G.; Influência das fases do ciclo menstrual no desempenho funcional de mulheres jovens e saudáveis. Fisioter. Pesqui. 24(4). Oct/Dec 2017. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/1809-2950/16081424042017>> Acesso em out de 2022.
20. Motta, M. C. C.; Brito, M. A. P. R. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. Confluências Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. Niterói, v. 24, n.1, p. 33-54, 2022

TODOS OS AUTORES CONTRIBUÍRAM SIGNIFICATIVAMENTE NA PRODUÇÃO DO TEXTO.

OS AUTORES DECLARAM NÃO HAVER CONFLITO DE INTERESSE.